



Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"

DIOGO ALVES RUELA

**PARALELO DOS FUNDAMENTOS MACROECONÔMICOS ENTRE
KEYNES E KALECKI**

Assis

2010

DIOGO ALVES RUELA

**PARALELO DOS FUNDAMENTOS MACROECONÔMICOS ENTRE
KEYNES E KALECKI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do curso de Graduação em Administração.

Orientador: Professor Doutor Reynaldo Campanatti Pereira

Área de Concentração: Ciências Gerenciais

Assis

2010

FICHA CATALOGRÁFICA

RUELA, Diogo Alves

Paralelo dos Fundamentos Macroeconômicos entre Keynes e Kalecki / Diogo Alves. Fundação Educacional do Município de Assis – Fema – Assis, 2010.

44 p.

Orientador: Professor Doutor Reynaldo Campanatti Pereira

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Administração – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis.

1. Macroeconomia 2. Keynes 3. Kalecki

CCD: 658
Biblioteca da FEMA

PARALELO DOS FUNDAMENTOS MACROECONÔMICOS ENTRE KEYNES E KALECKI

DIOGO ALVES RUELA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito de Curso de Graduação, analisado pela seguinte comissão examinadora:

Orientador: Professor Doutor Reynaldo Campanatti Pereira

Analisador (1): Professor Especialista Marcelo Manfio

Assis

2010

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois se não fosse por ele acredito que não teria chegado até aqui e segundo ao meu pai, pois apesar de tantas dificuldades juntos, teve a paciência necessária para eu poder me graduar em um curso superior e também a todas aquelas pessoas muita das vezes acabaram de certo modo torcendo por mim.

AGRADECIMENTOS

Ao professor, Prof. Dr. Reynaldo Campanatti Pereira, pela orientação e pelo constante estímulo transmitido durante o trabalho.

Aos amigos e colegas que muita das vezes me apoiou e a todos que colaboraram direta ou indiretamente, na execução deste trabalho.

Aos familiares, que me deram uma força extra, fazendo com que eu não desistisse do curso e por fim, que eu fosse ainda mais longe.

O que sabemos é uma gota,
O que ignoramos é um oceano.

Isaac Newton
(1643-1727)

RESUMO

O trabalho aborda aspectos da história econômica em relação aos pensamentos econômicos dos dois economistas considerados como pais da análise macroeconômica, John Maynard Keynes e Michael Kelecki. O contexto da discussão se refere aos trabalhos de ambos, desenvolvidos nos períodos da crise do mundo capitalista na década de 20 e na pós-crise. Utilizar-se-á de fontes bibliográficas impressas e também a partir de materiais em fontes eletrônicas. O trabalho busca estabelecer um paralelo entre as principais variáveis utilizadas por ambos economistas que caracterizam as principais preocupações da análise macroeconômica. E assim por este motivo pode-se ir um pouco mais a fundo em relação aos tipos de pensamentos que na verdade revolucionaram a economia mundial.

Palavras-chave: Macroeconomia; Keynes; Kalechi

ABSTRACT

The work will address aspects of economic history in relation to economic thoughts of the two economists considered as parent's analysis macroeconomic, John Maynard Keynes and Michael Kelecki. The context of the discussion concerning the work of both, developed in periods of crisis in the capitalist world decade of 20 and in post-crisis. Use-it-bibliographical sources shall be printed and also from material electronics sources. The work aims to establish a parallel between the main variables used by both economists that characterize the main concerns of the analysis macroeconomic. And so can be-go a little more depth in relation to the types of thoughts that actually have revolutionized the world economy.

Keywords: Macroeconomy; Keynes; Kalecki

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. JOHN MAYNARD KEYNES E A ECONOMIA	13
2.1. DADOS BIOGRÁFICOS DE KEYNES	13
2.1.1 Os determinantes do investimento para Keynes	18
2.1.2 Esquema básico de Keynes	20
2.1.3 Princípio da demanda efetiva	20
2.1.4 A distinção entre poupança e investimento	22
2.1.5 Consumo e propensão marginal a consumir.....	22
2.1.6 A teoria clássica da taxa de juros.....	22
2.1.7 Teoria geral da taxa de juros.....	23
2.2 CRÍTICAS AO MODELO DE KEYNES	24
2.2.1 O Ciclo.....	24
2.2.2 Keynes e a superação da crise 1929	24
3. MICHAEL KALECKI E A ECONOMIA	27
3.1 DADOS BIOGRÁFICOS DE KALECKI.....	27
3.1.1 Os determinantes do investimento para Kalecki.....	33
3.1.2 O Investimento Determina a Poupança	34
3.1.3 Taxa de juros	36
3.1.4 Taxa de juros a curto prazo.....	36
3.1.5 Taxa de juros longo prazo	37
3.1.6 Patrimônio líquido.....	37
3.1.7 Determinantes de consumo	37
3.1.8 Determinantes do saldo de exportação.....	38
3.1.9 Determinantes do déficit orçamentário	38
3.2 CRÍTICAS AO MODELO DE KALECKI.....	38
4. A INTERSECÇÃO ENTRE KEYNES E KALECKI	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	44

1. INTRODUÇÃO

O trabalho aborda aspectos da história econômica em relação ao pensamento econômico dos dois economistas considerados como pais da análise macroeconômica, John Maynard Keynes e Michael Kelecki. O contexto da discussão se refere aos trabalhos de ambos, desenvolvidos nos períodos da crise do mundo capitalista na década de 20 e na pós-crise. Utilizar-se-á de fontes bibliográficas impressas e também a partir de materiais em fontes eletrônicas. O desenvolvimento do trabalho foi estruturado em três capítulos, sendo que no Primeiro capítulo abordam-se os aspectos relevantes do pensamento econômico de Keynes.

No Segundo capítulo, discutem-se os principais aspectos da visão econômica de Kalecki.

No Terceiro e último capítulo, busca-se estabelecer pontos convergentes e divergentes entre o pensamento econômico de ambos os economistas.

2. JOHN MAYNARD KEYNES E A ECONOMIA

2.1 DADOS BIOGRÁFICOS DE KEYNES

John Maynard Keynes nasceu em 5 de junho de 1883. Seu pai, John Neville Keynes, era um economista bem conceituado, autor de *The Scope and Method of Political Economy*, livro cuja primeira edição foi publicada em 1891 e que, durante muitos anos, foi utilizado como texto básico sobre a metodologia da ciência econômica. Além disso, entre 1910 e 1925, ele ocupou um alto cargo administrativo na Universidade de Cambridge, exatamente na época em que o seu filho ali se iniciava na carreira de professor. Por sua vez, a mãe de Keynes Florence Ada Keynes, depois de ter sido uma das primeiras mulheres a se formar por aquela universidade, tornou-se mais tarde prefeito da cidade de Cambridge. Os dois irmãos de Keynes, Geoffrey Margaret, ambos mais moços do que eles também se destacaram: o primeiro como médico cirurgião e editor de obras de William Blake, e a segunda como pioneira no campo de assistência social às pessoas idosas.

Keynes foi educado em *Eton*, uma das mais famosas *public schools* (grandes escolas secundárias) da Inglaterra, e posteriormente na Universidade de Cambridge onde freqüentou cursos e seminários de várias disciplinas – primeiro de Matemática, depois de Política, e finalmente de Economia. Apesar de sentir-se á vontade em relação a todas essas matérias – ou, quem sabe, por isso mesmo – Keynes não teve pressa em escolher e em aprofundar uma delas. Em vez de procurar se especializar em determinado campo de estudo, ele preferia alargar cada vez mais o seu círculo de interesses e de amizades.

Ele tinha boas razões para isso, pois foi nessa época que começou a formar-se, em torno das duas filhas do historiador Leslie Stephen, Vanessa e Virgínia (que mais tarde viria a ser a famosa escritora Virgínia Woolf), o chamado grupo de *Bloomsbury*. Outros membros desse grupo de intelectuais eram Leonard Woolf (editor e futuro marido de Virgínia Stephen), o pintor Duncan Grant, e os escritores *E. M. Forster* e *Lytton Strachey* – com o qual Keynes iria manter durante anos uma relação toda

peculiar. Foi nesse grupo que ele entrou em contato com o pensamento filosófico de Bertrand Russel, Ludwig Wittgenstein e G. E. Moore, que tanto iriam influenciar a sua própria obra. Indeciso entre a carreira universitária e o funcionalismo público, Keynes acabou optando por este último. Para tanto teve de participar de um concurso de admissão, no qual se classificou em segundo lugar. Como o primeiro colocado nesse concurso escolhera o cargo que ele almejava no Departamento do Tesouro, Keynes teve de contentar-se com um posto no *Índia Office*, repartição governamental que supervisionava a administração da mais populosa colônia do Império Britânico. Keynes trabalhou ali entre 1906 e 1908, tornando-se um pouco especialistas em problemas monetários da Índia. Dessa experiência profissional resultou o seu primeiro livro, *Indian Currency and Finance*, publicado em 1913.

Pelo fato de ter sido pouco intenso e pouco absorvente, o trabalho no *India Office* não impediu Keynes de continuar a cultivar outros interesses. Simultaneamente às suas atividades na repartição, ele pôde continuar a dedicar-se à feitura de sua dissertação sobre epistemologia e teoria da probabilidade, com a qual esperava poder vir a obter um posto em Cambridge e, dessa forma, reverter à vida acadêmica. Keynes não foi bem sucedido nesse intento, mas o seu desgosto acabou sendo de curta duração. Marshall salvou a situação, oferecendo-lhe um cargo de instrutor em Economia, com vencimentos de cem libras por ano, custeados do seu próprio bolso. Dessa forma em 1909, foi finalmente eleito fellow (membro do corpo docente) da Universidade de Cambridge. E, em 1911, aos 28 anos de idade, ele se tornou editor (e posteriormente também secretário) do *Economic Journal*, revista científica de circulação internacional publicada pela *Royal Economic Society*. (Szmrecsányi, 1984. Pg. 11 a 13.). Keynes permaneceu em Cambridge até 1915, quando foi convocado pelo governo britânico para o Departamento do Tesouro, a fim de participar do esforço da guerra. As atividades que desenvolveu ali, como assessor econômico do governo, puseram-no em contato direto com algumas dos principais problemas suscitados pela I Guerra Mundial, especialmente no que se refere às difíceis negociações financeiras com os aliados da Grã-Bretanha, entre os quais se destacavam os Estados Unidos. Um dos principais encargos atribuídos a Keynes foi justamente o de acompanhar de perto a situação monetária dos EUA, zelando para que não fosse alterada a paridade entre a libra e o dólar. Devido a tais tarefas, ele

efetuou sua primeira viagem àquele país, em setembro de 1917.

A I Guerra Mundial foi o evento que marcou o término hegemonia britânica no sistema capitalista internacional, bem como a definitiva transferência dessa hegemonia da Europa para os EUA. É interessante observar que Keynes tinha plena consciência de tais tendências, não nutrindo quaisquer ilusões ou falsas esperanças a respeito. Numa carta à sua mãe, escrita em dezembro do mesmo ano, ele já falava numa irreversível vinculação hipotecária da Grã-Bretanha aos EUA.

A capacidade de trabalho de Keynes e a eficiência com que se desincumbiu das tarefas que lhe foram sendo confiadas tornaram praticamente inevitável a sua designação como membro da delegação britânica na conferência de paz da qual iria resultar o Tratado de Versalhes. Essa missão acabou alterando fundamentalmente a vida e a carreira de Keynes, transformando-o, de uma hora para outra, numa das figuras mais comentadas do seu tempo – não apenas no seu país, mas também em toda a Europa, na América do Norte, e até no Extremo Oriente.

Segundo, (Szmrecsányi, 1984. Pg. 14 e 15) a razão dessa fama, que ele iria conservar até a sua morte, reside na grande repercussão alcançada por seu livro. Às conseqüências Econômicas da Paz (*The Economic Consequences of the Peace*). Nesta obra, publicada pela primeira vez em 1919, reimpressa em 1920 e 1924, e traduzida para vários idiomas, Keynes faz uma crítica aos termos do Tratado de Versalhes, prevendo o completo malogro dos seus objetivos no que se refere ao restabelecimento da paz e da prosperidade no Velho Continente. Os dois primeiros capítulos da presente coletânea foram extraídos dessa obra altamente polêmica, mas, ao mesmo tempo, muito precisa no que se refere ao diagnóstico e as previsões que faz. A posição assumida por Keynes, frontalmente contrária à do governo de seu país e à dos governantes dos demais países vencedores da I Guerra Mundial, implicava o seu afastamento, pelo menos temporário, de quaisquer encargos na administração pública. Por esse motivo, ele passou os anos vinte trabalhando alguns dias por semana em Cambridge, após reassumir o seu posto de professor no *King`s College*, e outros em Londres, onde começou a desenvolver uma intensa atividade financeira. Muito bem sucedido nos negócios, Keynes acabou sendo indicado para os conselhos de administração de um grande número de empresas. Isto lhe deu

uma íntima percepção das práticas comerciais e financeiras da *City*, percepção que raramente é encontrada nas obras dos grandes teóricos da Economia. Ao mesmo tempo, todavia, ele não deixou de participar intensamente dos acontecimentos políticos e sociais da época, seja pessoalmente, seja por meio do jornalismo e da panfletagem. Keynes escrevia muito no semanário liberal *Nation and Atheneum*, do qual iria tornar-se diretor em 1931, quando o mesmo se fundiu com o periódico trabalhista *The New States man*. Ele tinha acesso também às colunas do *Time* de Londres e do Manchester Guardian. Seus principais escritos dessa época foram mais tarde agrupados no livro *Essays in Persuasion*, já mencionado anteriormente. Um dos trabalhos reproduzidos nessa obra era “*A Short View of Rússia*”, escrito em 1925, com base nas observações da viagem à União Soviética feita por Keynes depois de seu casamento com a bailarina russa Lydia Lopokova. Nesse trabalho, Keynes expõe suas ideias (nada favoráveis) sobre o sistema social marxista-leninista; faz um diagnóstico (não muito pessimista) sobre a situação econômica da URSS; e chega a conclusões (moderadamente otimistas) sobre o futuro daquele país e as possibilidades de sobrevivência do capitalismo. Começaram a nascer nessa época algumas das ideias fundamentais que mais tarde iriam tomar corpo na Teoria Geral. Uma primeira sistematização de tais ideias foi feita por Keynes em seu Tratado sobre a Moeda (*A Treatise on Money*). Esta obra, em dois volumes, publicada pela primeira vez em 1930, e da qual também são reproduzidos dois capítulos na presente coletânea, é considerada por alguns autores não apenas mais simples e mais direta do que a Teoria Geral, mas até mais sólida e mais original do que esta. Foi nela que, parcialmente influenciado pelas idéias de seu colega Dennis Holme Robertson (1890-1963), Keynes chegou pela primeira vez à conclusão de que a poupança não é necessariamente igual ao investimento, e que, entre os dois, o segundo constitui de longe o fator mais importante para garantir o pleno-emprego dos fatores de produção, especialmente o da força de trabalho.

O início da Segunda Guerra Mundial encontrou Keynes com a saúde abalada por problemas cardíacos. (Em 1937, um ano após a publicação da *Teoria Geral*, havia sofrido um ataque cardíaco.) Ainda assim, o seu talento privilegiado foi novamente convocado. O livro escrito na ocasião, *How to Pay for the War*, propunha a demanda compulsória de títulos governamentais como forma de elevar a poupança e gerar os

recursos necessários ao financiamento dos gastos com a guerra. Os títulos seriam resgatados ao final da guerra, quando haveria necessidade de aumentar a produção de bens de consumo. À primeira vista, a ideia de elevar a poupança compulsoriamente parece em conflito com a mensagem da Teoria Geral, mas durante a guerra o problema era o excesso de demanda agregada e as pressões inflacionárias. Consequentemente a solução teria de ser oposta àquela sugerida no caso de desemprego. O raciocínio era o mesmo, só que adaptado para novas condições.

Segundo Keynes(1982. Pag. 20), com o término da guerra ficou patente à necessidade de estabelecer um fluxo estável de comércio e financiamento entre os países. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que seriam criados por sugestões de Keynes, deveriam estabelecer as regras para o fluxo internacional de divisas e a ajuda aos países em dificuldades temporárias. Apesar de bastante debilitado, com problemas cardíacos que se agregava desde 1937, a presença de Keynes na conferência de *Bretton Woods* foi um momento marcante. Nos últimos anos de sua vida acumularam-se honrarias e homenagens a Keynes. Condecorado como *Lord Keynes*, Barão de *Tolton*, ainda receberia títulos honorários nas universidades de Edinburgh, Sorbonne e Cambridge.

Em 21 de abril de 1946 Keynes faleceu na sua casa em *Firle, Sussex*. O mundo perdia o economista máximo do século. As ideias de Keynes, porém, sobreviveram a sua vida temporal, com fidelidade principalmente em Cambridge, Inglaterra, entre os membros da *Royal Economic Society*: *Lord Kahn* um amigo íntimo e profundo conhecedor dos pensamentos de Keynes, *Sir Roy Harrod*, o autor da sua melhor biografia, *Austin Robinson*, co-editor junto com Keynes no *Economic Journal* e seu sucessor como secretário na *Royal Economic Society*, e um número interminável de economistas de gerações mais jovens. Em outros centros e universidades na Europa e nos Estados Unidos o pensamento de Keynes permanece vivo, porém tem sofrido mutilações ditadas pelas interpretações e pelos interesses ideológicos.

2.1.1 Os determinantes do investimento na visão de Keynes

No modelo simplificado dos determinantes do investimento em capital fixo privado, o economista John Maynard Keynes, o qual nos referirá a partir de agora, também apresenta uma lógica inversa da desenvolvida pela escola neoclássica. Ele pressupõe que na economia capitalista ocorrem dois estágios econômicos distintos e interdependentes: a produção e a realização dos bens e serviços. Embora ocorra transferência de renda no sistema financeiro, toda renda se origina da venda de bens e serviços. Esta observação visa destacar que embora a criação de riqueza tenha o seu limite na produção (parque produtivo), é na realização que se definem os níveis de renda de uma economia. Isto resulta do fato de que não basta produzir, é necessário realizar a produção.

A renda criada no ciclo produtivo anterior define em que circunstâncias ocorrerão o novo ciclo produtivo, basicamente pela forma em que esta é distribuída. Além disto, verifica-se que parte da renda de uma economia é gasta e outra é poupada. A parcela da renda direcionada ao consumo atende às necessidades das pessoas e se esgota neste ato. A poupança pode ser entesourada e ou investida para produção de novas riquezas. O nível de renda é determinado pelo nível de investimentos e pela propensão a consumir, que se constituem nos gastos totais de uma economia. Segundo o site: (www.eps.ufsc.br/disserta96/grasel/.../capitul2.htm).

Portanto, embora o bem estar social futuro seja limitado pela sistema produtivo, variável intimamente interligada com o potencial de investimento resultante da soma da capacidade de autofinanciamento e da capacidade de obtenção de capital de terceiros, este (sistema produtivo) não constitui o elemento fundamental, tendo em vista que a utilização ou não deste potencial depende das condições de realização das mercadorias produzidas, isto é, da efetivação ou não dos gastos em consumo e investimento. A importância dos gastos em investimento é maior, pois proporciona a realização de mercadorias em escala crescente, criando as condições para que ocorra a reprodução ampliada, ou seja, aumento dos lucros pelo aumento da acumulação de capital.

Se toda a renda gerada é gasta ou em investimento ou em consumo, verifica-se o equilíbrio macroeconômico entre oferta e procura global por mercadorias e serviços,

com um crescimento econômico estável. A poupança seria sempre igual ao investimento como acreditavam os neoclássicos. No entanto, as decisões de investimento e de poupança são tomadas independentemente uma da outra e por motivos diferentes. A poupança está em função da renda e esta do investimento. Todos são livres para poupar o montante que desejarem, mas a renda influencia diretamente este montante, de modo que a poupança será tanto maior quanto maior for à renda e vice-versa. O investimento, por sua vez, é a variável dinâmica, pois este determina o montante de renda e, conseqüentemente, o volume de poupança. Disponível em: (www.eps.ufsc.br/disserta96/grasel/.../capitul2.htm).

O investimento estabelece assim uma renda num patamar em que as pessoas sejam induzidas a poupar (ofertar dinheiro) a uma taxa igual ao investimento (procura por dinheiro). Um aumento no desejo de poupar a uma taxa de investimento constante reduz a demanda por bens de consumo, o que igualmente reduz a taxa de lucro deste setor, provocando uma diminuição no investimento, na renda e no desejo de poupar, restabelecendo-se novamente o equilíbrio entre poupança e investimento.

Da mesma forma, uma redução do desejo de poupar frente a uma taxa de investimento constante, aumenta a demanda por bens de consumo, estimula os lucros, a renda e também amplia o desejo de poupar, o equilíbrio entre a vontade de poupar e investir retornaria. Independentemente do comportamento dos indivíduos em relação à poupança, o montante que realmente será poupado é determinado pelo nível de renda, isto é, pelas decisões de investimento por parte dos empresários. Em outras palavras, a poupança se adéqua ao investimento e não o contrário como acreditavam os neoclássicos.

Esta é a principal contribuição de Keynes, o princípio da demanda efetiva, que sustenta que os gastos em consumo e investimentos possuem prioridade sobre a produção. O volume de produção (investimento) é determinado pela demanda efetiva, que constitui não só os gastos presentes, efetivamente realizados, mas também o que se espera gastar no futuro, expressando um caráter de expectativas de gastos, que nos conduz ao problema da incerteza quanto ao futuro, de sumária importância na teoria Keynesiana.

A demanda efetiva pode ser maior ou menor que a capacidade produtiva de um país, tendo em vista que o ciclo produção/realização pode ser interrompido por decisões de entesouramento, contrariando assim as expectativas de gastos futuros e fazendo com que as decisões de investimento se sustentem em bases extremamente sensíveis. Em caso de demanda efetiva maior do que a capacidade produtiva ocorrerá um aumento generalizado dos preços (inflação de demanda). Em sendo menor, haverá ociosidade no parque produtivo e ou desemprego.

No entanto, embora o preço atue na busca do equilíbrio macroeconômico, este dificilmente se verifica. Não existe nenhum mecanismo de ajustamento automático capaz de gerar o equilíbrio macroeconômico, em pleno emprego. Contudo, existe uma combinação ótima de gastos que resulta neste estado, mas é apenas uma das inúmeras combinações possíveis. Keynes abriu desta forma, um campo para o planejamento macroeconômico em busca do investimento que proporcione a plena utilização dos fatores de produção utilização dos fatores de produção. Disponível em: (www.eps.ufsc.br/disserta96/grasel/.../capitul2.htm).

2.1.2. Esquema básico de Keynes

A preocupação básica de Keynes era determinar os principais fatores responsáveis pelo emprego, numa economia industrial moderna. Ao apontar tais fatores, surgirão também as causas do desemprego. Este era o grande problema da época e um dos pontos fracos do sistema capitalista. Mas o emprego anda ligado à produção e à renda. Estudar o nível de emprego é o mesmo que estudar o nível de renda ou da produção nacional. Tratando-se assim da economia como um todo.

2.1.3 Princípio da demanda efetiva

Começamos dizendo que o princípio da demanda efetiva é o oposto da lei de Say. Podendo chamá-lo assim de antilei de Say. Afirma ele o primado dos gastos em consumo e investimento (demanda) sobre a produção (oferta). Em outras palavras, quem determina o volume de produção e, portanto, o volume do emprego é a demanda efetiva que não é apenas a demanda efetivamente realizada, mas ainda o

que se espera seja gasto em consumo mais o que se espera seja gasto em investimento. Após a crise de 1929, em que foram posto em cheque os principais postulados da teoria neoclássica, tal qual a lei do equilíbrio (lei de Say), surgem dois economistas que polemizaram a teoria econômica. De um lado, Keynes, discípulo de Alfred Marshall e, portanto, com uma formação neoclássica e, de outro, Kalecki, com uma formação marxista. Ambos possuíam a mesma preocupação: explicar as crises que vinham se acentuando já muito antes da grande depressão. O princípio da demanda efetiva atribui à demanda agregada a principal responsabilidade pela determinação do nível de atividade da economia. Em outras palavras, o que determina a quantidade produzida de um determinado bem não é a capacidade produtiva, mas sim, a demanda efetivamente existente para este bem. A produção só é capaz de gerar uma renda equivalente se integralmente realizada. Portanto, é importante perceber que o PDE nos explica que na sociedade mercantil não se produz o que se pode, mas para o nível de demanda efetiva (DE) existente. Keynes (1982, p. 59) descreve:

A demanda efetiva é simplesmente a renda agregada (ou produto) que os empresários esperam receber, incluídas as rendas que fazem passar às mãos dos outros fatores de produção, por meio do volume de emprego corrente que resolvem conceder.

Desta forma, a demanda efetiva é determinada pelo processo de produção e distribuição. A quantidade de mercadorias produzidas e realizadas no período t_0 é igual à demanda efetiva do período t_1 . Assim, a produção é importante porque gera uma renda que representa um potencial de demanda efetiva para o próximo período, haja vista que esta nada mais é que renda já gasta. A distribuição desta renda não deixa de ser menos importante, devido ao fato das classes sociais possuírem comportamentos distintos em relação à parte de renda que lhes cabe. Em outros termos, a demanda efetiva engloba a renda dos trabalhadores (supondo que estes gastem tudo o que ganham) e a parte da renda dos capitalistas que é gasta.

2.1.4 A distinção entre poupança e investimento

A poupança é um ato do consumidor individual, e consiste no ato negativo de abster-se de gastar no consumo a totalidade de sua renda correspondente. Por outro lado, o investimento é um ato do empresário, cuja função é a de tomar as decisões que determinam a quantidade da produção não-disponível para o consumo, e consiste no ato positivo de iniciar ou manter um processo de produção, ou de reter bens alienáveis. Ele é medido pelo acréscimo líquido à riqueza, seja sob a forma de capital fixo, de capital circulante ou de capital em dinheiro.

2.1.5 Consumo e propensão marginal a consumir

No modelo fechado e sem governo, o consumo e o investimento determinam o volume da produção de uma comunidade. Sabemos que o consumo é função da renda. Ao aumentar a renda de uma comunidade, aumentará também o consumo, mas em proporção menos do que o aumento da renda. Isto quer dizer que, para a comunidade como um todo, nem toda a renda é consumida. Parte dela é poupada. Sendo assim, é evidente que cada aumento unitário da renda pode ser decomposto em consumo e poupança.

Segundo Keynes, quanto mais pobre a comunidade, maior será sua propensão marginal a consumir. Uma comunidade pobre tenderá a aplicar quase tudo que recebe em consumo. Por outro lado, uma comunidade rica tenderá a aplicar menos em consumo. Isto pode causar problemas, pelo fato do consumo ser um dos componentes da demanda efetiva.

2.1.6 A teoria clássica da taxa de juros

Trata-se da teoria que serviu de base para a formação de todos nós e que, até recentemente, todos nós aceitamos quase sem reservas.

É bastante claro, que essa tradição considerou a taxa de juros como o fator que equilibra a demanda de investimentos com a oferta para a poupança. O investimento representa a demanda por recursos para investir, a poupança representa a oferta, e a taxa de juros é o “preço” dos recursos investíveis que essas duas quantidades

iguais. Da mesma que o preço de uma mercadoria é fixado, necessariamente, ao nível em que sua procura seja igual á oferta, a taxa de juros se regula, necessariamente, sob a ação das forças do mercado, no ponto em que o montante de investimento a essa taxa seja igual ao montante de poupança á mesma taxa.

Os economistas clássicos defendem que quem garante a equivalência entre investimento e poupança é a taxa de juros. Esse equilíbrio é dado através do mecanismo de mercado, isto é, pelo ajustamento entre a oferta e a demanda de recursos para investimento.

Keynes e Kalecki emergem ao debate para combater essa idéia. Ambos aceitarão a taxa de juros como mero fenômeno monetário sem importância como elemento determinante. Defenderão ainda, que a taxa de juros não é o preço pago pela espera ou sacrifício em adiar o consumo.

2.1.7 Teoria geral da taxa de juros

Embora certas forças façam subir ou descer a taxa de investimento de modo que iguale a eficiência marginal do capital à taxa de juros, a eficiência marginal do capital, em si, é um conceito diferente da taxa de juros corrente. Pode-se dizer que a curva da eficiência marginal do capital governa as condições em que procuram fundos disponíveis para novos investimentos, enquanto a taxa de juros governa os termos em que esses fundos são correntemente oferecidos. Sendo assim, condicionam-se a taxa de juros entre a curva da eficiência marginal do capital e a propensão psicológica a poupar. A taxa de juros seria o fator de equilíbrio que estabelece a igualdade entre, de um lado, a oferta de poupança suprida essa taxa pela propensão psicológica da comunidade a poupar.

2.2 CRÍTICAS AO MODELO DE KEYNES

2.2.1 O Ciclo

A teoria Keynesiana não explica a crise como um fenômeno cíclico, com particularidades e inerente ao funcionamento da economia capitalista, mas sim como algo inteiramente novo e de certa maneira acidental. A origem da crise é atribuída ao comportamento humano, basicamente erro de previsão dos agentes econômicos e ou política econômica inadequada e, portanto, esta poderia ser evitada (Ribeiro e Mendonça, 1986). Este autor destaca que nesta visão o subjetivo sempre se sobrepõe ao objetivo, desconsiderando assim a existência de leis objetivas na economia que determinam o desenvolvimento dos fenômenos econômicos autônomos da vontade e consciência dos homens.

2.2.2 Keynes e a superação da crise de 1929

Em 1929, com a súbita quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, em outubro daquele ano, deu-se a mais calamitosa débâcle econômica e social deste século. É certo que ocorreram outras no passado, mas nenhuma delas atingiu as proporções do Big Crash que devastou quase o mundo inteiro. Os Estados Unidos chegaram a contar 14 milhões de desempregados enquanto a Alemanha somou mais de 6 milhões. A extensão e a profundidade dela fez com que as teorias conhecidas até então (as denominadas "clássicas", não-marxistas) se mostrassem impotentes em resolvê-la. Na mentalidade liberal "ortodoxa" então vigente, as crises eram entendidas como coisa temporária, simples "ajustes de mercado", sem maiores consequências do que algumas falências e concordatas. A Grande Depressão, como passou a ser chamada, estendeu-se, porém por muitos anos e foi a principal responsável - com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha em 1933 -, pela eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-45). Foi em tal cenário desesperador que emergiu a teoria Keynesiana. Nascido em Londres em 1883, John Maynard Keynes era um eminente economista inglês que elaborou uma sofisticada fórmula para salvar o capitalismo da depressão em que se encontrava. De 1930 até 1936, ele publicou uma série de artigos e livros (o mais famoso deles foi A Teoria Geral) procurando mobilizar seus colegas economistas e influenciar os políticos para que

seguissem sua receita. Keynes interpretava a crise como resultada da recusa dos capitalistas em investir. O investimento, pois, dependia sempre das expectativas futuras. O capitalista, para decidir-se, tinha que levar em conta a evolução e o comportamento do mercado, quanto pagaria de salário, e qual seriam o preço das matérias-primas necessárias à produção. Havendo sérias dúvidas a respeito ele optava por não correr o risco. Era preferível guardar o dinheiro, entesourá-lo. O capitalista afinal era um ser arredo - um animal spirit - que queria sempre acumular mais. Se as circunstâncias não permitissem, ele aguardaria uma situação melhor. Enquanto isso, enquanto ele não se determinava, a sociedade padecia. A ausência de investimento trazia consigo um corolário de desgraças e ameaçava até a sobrevivência do capitalismo, devido à intensificação das lutas sociais, dos protestos, das greves e das ameaças revolucionárias. Nestas circunstâncias dramáticas, caracterizadas pela falta de demanda efetiva (ninguém encomendava nada, ninguém comprava coisa nenhuma), Keynes pregou a necessidade do estado tomar para si as rédeas da arrancada.

Caberia a ele, ao estado, já que o mercado por si só não o fazia, assumir a função da demanda. Ao encomendar grandes obras públicas, ao estimular determinados projetos de impacto (auto-estradas, pontes, ginásios, represas, etc.) o estado fazia com que o setor privado voltasse a ter vida. Ao empregar gente nas obras públicas rompia-se com o bolsão do desemprego. Diminuindo o número dos desocupados, as fábricas, voltando a produzir, reduziam a sua capacidade ociosa. Keynes disse que se inspirou nos faraós do Egito antigo que, através da construção das pirâmides, mantinham a atividade econômica entre os intervalos das colheitas, ocupando as massas em empilhar pedras para glorificar o seu rei. Um novo cenário otimista inundava a sociedade. A poupança dos capitalistas, entesourada, voltava a ser aplicada. As engrenagens econômicas voltavam então a girar e saía-se da crise, porque se restabelecia a confiança no futuro e com isso retomavam-se os investimentos.

É evidente que havia um custo. O estado era obrigado a recorrer ao déficit público e a uma moderada inflação, mas era um preço módico para sair-se da depressão. Esta função do estado como elemento fundamental para superar a estagnação, foi considerada uma verdadeira heresia. Na época e até hoje os principais pensadores

neoliberais (Von Mises, Hayek, Milton Friedman, e outros) condenam Keynes por ter dado relevância ao papel do estado, pois para eles qualquer intervenção estatal é inaceitável. Nos anos 30 e, principalmente, depois da Segunda Guerra Mundial, a maioria dos países capitalistas continuou seguindo os ensinamentos de Keynes, na chamada revolução Keynesiana, a quem muitos atribuem a notável prosperidade que se conheceu nos Estados Unidos e na Europa nos últimos 50 anos. O significado do termo investimento para Keynes é bem mais amplo do que comumente é empregado. Não se trata apenas de aplicar um dinheiro. Entendia-o como compra de equipamentos (bens de capital), aceleração da capacidade produtiva e ampliação dos bens de capital.

Figura nº1: Superação da crise de 1929



Fonte: educaterra.terra.com.br/.../crise_economia6htm

3. MICHAEL KALECKI E A ECONOMIA

3.1 DADOS BIOGRÁFICOS DE KALECKI

Michal Kalecki nasceu no dia 22 de junho de 1899, na cidade de *Lodz*, situada a 120 km a sudoeste de Varsóvia, e que se constituía, com suas fábricas de têxteis, num dos principais centros industriais da Polônia. Nessa época o território polonês se encontrava dividido entre os impérios germânico, austro-húngaro e russo, sendo na parte dominada pela Rússia que estavam tanto Varsóvia como *Lodz*. A infância e juventude de Kalecki decorreram num período de intensa agitação política e militar na Polônia: as lutas pela independência e reunificação do país, as revoluções de 1905-07 (com o massacre de operários de *Lodz*, que foi centro polonês de resistência armada ao *tzarismo* russo), a expansão dos movimentos socialistas, a Guerra Mundial de 1914-18, a Revolução Russa de 1917, o surgimento do Estado polonês independente (em 1918, depois de 120 anos de ocupação estrangeira), as lutas internas pelo poder do novo Estado. Michal Kalecki era filho de uma família judia de classe média de *Lodz*. Em 1917 ingressou na Escola Politécnica de Varsóvia, onde estudou durante apenas dois anos porque teve de prestar serviço militar. Somente em 1921 reiniciou seus estudos, agora na Escola Politécnica de Gdansk (no norte da Polônia). Mas novamente não pôde concluir seu curso, porque em 1923 precisou abandonar a escola para ajudar a manter a família. Assim, jamais conseguiu um diploma de graduação. (MIGLIOLI, 1994, P. 8.).

Sua atração pela economia surgiu no tempo em que frequentou a Escola Politécnica. Foi também aí que tomou conhecimento da economia marxista, principalmente através das obras de *Tugan-Baranovski* (cujos principais livros – Estudos sobre a teoria e a história das crises comerciais na Inglaterra e Fundamentais teóricos do marxismo – foram publicados em 1901 e 1905, respectivamente) e da Rosa de Luxemburgo (cujo livro principal, Acumulação de capital, surgiu em 1913). Estas obras ocupavam posição de destaque na literatura marxista daquela época. É em conhecimento pela influência que esses autores exerceram sobre suas obras concepções econômicas que Kalecki viria a publicar

muito tempo depois, em 1967, um artigo sobre eles. Tendo retornado para sua cidade natal, Kalecki ocupou empregos ocasionais. O mesmo ocorreu quando se mudou para Varsóvia, em 1927, até que, dois anos depois, foi admitido no Instituto de Pesquisa de Conjuntura Econômica e Preços, no qual permaneceu por quase dez anos.

Seus primeiros trabalhos (cerca de 50), publicados entre 1927 e 1932, tratam exclusivamente de análises concretas da atuação de cartéis internacionais (do cobre, aço, alumínio, zinco, carvão, petróleo, etc.) e de estudos de produção e comercialização de mercadorias específicas (borracha, algodão, metais, etc.). Não é de admitir, portanto, que, com o conhecimento adquirido na realização desses trabalhos, Kalecki jamais aceitou a concorrência perfeita como suposto teórico para explicar o funcionamento da economia capitalista.

No Instituto de Pesquisa de Conjuntura começa também a trabalhar com Ludwik Landau (considerado um dos mais importantes estatísticos poloneses da época e que acabou assassinado pelos nazistas durante a segunda Guerra Mundial), realizando uma pesquisa pioneira sobre a renda nacional da Polônia. Além disso, passa a dedicar-se ao estudo de problemas mais teóricos relativos ao funcionamento da economia capitalista.

É nesse período que começam a aparecer seus primeiros trabalhos teóricos mais importantes e que fizeram de Kalecki um proeminente economista. Um desses trabalhos, sob o título de Esboço de uma teoria do ciclo econômico, constitui um pequeno livro, que é a parte teórica, foi posteriormente (1935) publicada, com algumas alterações, em francês (*Na Rvue d'EconomiePolitique*, n. 2, 1935) e em inglês (*Econometrica*, n. 3, 1935). Outro trabalho importante, também de 1933, é um pequeno artigo sobre “Comércio internacional e ‘exportações internas””, onde Kalecki analisa de maneira brilhante o papel do comércio exterior e dos gastos governamentais no processo de recuperação econômica de um país capitalista. (MIGLIOLI, 1994, P. 9.).

A motivação direta para elaboração desses trabalhos foi a grave crise econômica de um país capitalista de 1929 a 1933 e que afetou profundamente a economia polonesa: em 1931 foram fechadas quase 1400 fábricas; a produção do país caiu do

índice 100 em 1928 para o índice 54 em 1932 e 46 em 1933.

É também nessa época que Kalecki, sob o pseudônimo de Henry Braun, colabora com a Revista Socialista. Seus artigos aí também tratam da crise econômica do capitalismo – assunto este que constitui, até o fim de sua vida, um dos principais objetos de seus estudos.

Em 1935 ganhou uma bolsa de estudo para a Suécia, onde pretendia trabalhar com Gunnar Myrdal, cuja preocupação teórica, naquela época, coincidia com a de Kalecki. Mas embora a preocupação fosse semelhante, a orientação teórica de Myrdal – apoiada na Escola Austríaca e, mais diretamente, em *Wicksell* – destoava da de Kalecki. Assim, no ano seguinte, ao tomar conhecimento do recém- publicado livro de Keynes sobre a Teoria geral do emprego, do juro e da moeda, que apresentava diversos pontos de acordo com suas próprias concepções, Kalecki de transferiu da Suécia para a Inglaterra, onde passou a trabalhar na *London School of Economics*. Em fins desse mesmo ano, demite-se do Instituto de pesquisa de Conjuntura Econômica e Preços, em solidariedade a Ludwik Landau e Marek Breit – dois de seus principais companheiros de trabalho no Instituto –, que tinham sido demitidos por ordem do governo polonês.

Kalecki esteve em Paris, em 1937, para estudar de perto a política econômica do primeiro governo socialista francês, pelo qual possuía grande simpatia. Esse governo, presidido por Léon Blum e que durou de maio de 1936 a junho de 1937, havia criado a semana do trabalho de 40 horas, nacionalizado o Banco da França e as principais indústrias militares e realizado um programa de reformas sociais.

De volta à Inglaterra, Kalecki esteve com Keynes, de quem foi solicitar ajuda – por instância de Joan Robinson, amiga de ambos – para obtenção de um emprego. Esse encontro de nada serviu para aproximá-los. Em primeiro lugar, Keynes considerava Kalecki um simples discípulo seu (nessa época a *Teoria geral* estava em plena moda entre os economistas ingleses); em segundo lugar, e isto era mais importante, suas posições sociais e políticas eram diferentes, pois Keynes não simpatizava com as idéias políticas de Kalecki. (MIGLIOLI, 1994, P. 11.).

Kalecki obteve um posto na Universidade de Cambridge e aí permaneceu durante dois anos. É nesse período que estreitou sua amizade com Joan Robinson e com

Piero Sraffa (economista italiano e de formação clássica-marxista que, como Kalecki, se encontrava cercado pelos Keynesianos de Cambridge). É também nesse período que publica alguns de seus trabalhos mais importantes: “Os determinantes de distribuição da renda nacional” (*Econometrica*, abr. 1938), “Salários nominais e reais” (Varsóvia, 1939), e seu livro *Essays in the theory of economic fluctuations* (1939), onde reformula alguns estudos anteriores e apresenta outros trabalhos recentes: por exemplo, sua teoria dos ciclos reaparece aí, mas em versão consideravelmente alterada.

Em janeiro de 1940 Kalecki se transfere para o Instituto de Estatística da Universidade de Oxford, o qual, nessa época, se voltava principalmente para estudos econômicos e estatísticos relacionados com os problemas da guerra para a Grã-Bretanha. Muitos dos seus trabalhos nesse período tratam desses problemas: a situação financeira, a inflação, o emprego, etc., durante a guerra. Entre eles destaca-se seu plano de racionamento de consumo (publicado no boletim do Instituto em 1941), que encontrou a posição dos governadores. Mas também prosseguia seus estudos teóricos: “Um teorema sobre o progresso técnico” (*Review of Economic Studies*, jun. 1941), “Que é inflação?” (*Oxford Bulletin*, jun.1941), “Uma teoria dos lucros” (*Economic Journal*, jun.-set. 1942), e dedicava especial atenção ao problema do pleno emprego. Sobre esse assunto, seus principais trabalhos são: “Aspectos políticos do pleno emprego” (*Political Quarterly*, n. 4, 1943), “Três caminhos para o pleno emprego” (em *The economics of full employment*, de diversos autores, 1944), e “Pleno emprego pelo estímulo ao investimento privado?” (*Oxford Economic Papers*, mar. 1945). (MIGLIOLI, 1994, P. 11.).

Depois da guerra, Kalecki esteve no Canadá realizando pesquisa sobre reconstrução econômica e pleno emprego, para a Organização Internacional do Trabalho. Voltando à Polônia, durante alguns meses de 1946, foi conselheiro da Comissão central de Planejamento e do Ministério da Fazenda. Mas não havia entendimento entre Kalecki e o governo stalinista instaurado na Polônia, e ele foram para o departamento econômico do Secretariado das Nações Unidas, em Nova York, com o encargo de dirigir a preparação dos relatórios econômicos anuais.

A passagem de Kalecki pelo departamento econômico da ONU (Organização das

Nações Unidas) não foi politicamente tranquila. Em 1951 havia passado dois meses como assessor econômico da ONU junto ao governo israelense, mas, quando o governo mexicano o convidou para a mesma função, o Secretariado da ONU se opôs, procurando evitar que exercesse influência sobre a política econômica dos países subdesenvolvidos. Era a época do apogeu da “guerra fria” no cenário mundial e de domínio do macarthismo na política interna dos Estados Unidos, com evidente repercussão dentro do próprio Secretariado da ONU. Assim, ainda nessa linha, em 1954 um relatório do departamento econômico sobre a República Popular da China, elaborado sob orientação de Kalecki, foi completamente alterado à revelia dele, e o próprio departamento foi reorganizado para limitar sua influência. Kalecki demitiu-se da ONU em fins de 1954.

São poucos os trabalhos pessoais de Kalecki publicados nesse período. Contudo, foi nessa época que passou a se interessar ativamente pelas economias subdesenvolvidas e realizou uma análise magistral do “Problema do financiamento econômico”, publicado pela primeira vez no México, em 1954, e na Índia, no ano seguinte. Esse trabalho teve grande influência sobre os economistas progressistas dos países subdesenvolvidos e serviu de inspiração para as concepções de política econômica da CEPAL (A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe).

O ano de 1954 é também a data de publicação de seu livro *Teoria da dinâmica econômica*, que corresponde a uma nova versão de seus Ensaios sobre a teoria de flutuações econômicas (1939), porém com substanciais alterações e adição de novos temas. Na Teoria da dinâmica econômica, Kalecki procura integrar e sistematizar suas concepções sobre a economia capitalista.

Kalecki retornou à Polônia em 1955 e aí, de início, dirigiu pesquisas sobre as economias capitalistas, no departamento de ciências econômicas da Academia Polonesa de Ciências, e atuou como consultor do Conselho de Ministros. Mas somente a partir de 1956, com a grande liberalização política no país e a efervescência intelectual dela resultante, Kalecki recebeu maiores incumbências e passou a participar mais ativamente nos debates sobre os problemas das economias socialistas. Em 1956, recebeu oficialmente o título de Professor, que foi o primeiro título acadêmico de sua vida; o segundo viria em 1964, quando a

Universidade de Varsóvia lhe conferiu o título de doutor honoris causa. De 1957 a 1960 foi presidente da Comissão de Planejamento de Longo Prazo, e de 1957 a 1963 foi um dos vice-presidentes Conselho econômico do Estado. Em 1961 começou há dedicar mais tempo à vida acadêmica, lecionando na Escola Central de Planejamento e Estatística, onde criou um centro de pesquisa de economias subdesenvolvidas.

De 1956 a 1967 Kalecki publicou grande número de trabalhos sobre diferentes problemas das economias socialistas: crescimento econômico, papel dos conselhos operários, sistema de incentivos, sistema de planejamento, critérios de avaliação de investimentos, etc. Mas sua atenção se voltava principalmente para o primeiro desses temas, e disto resultou seu livro *Introdução à teoria do crescimento em economia socialista*, cuja primeira edição é de 1963 e a segunda edição, ampliada é de 1968.

Mas, nesse mesmo período, elaborou também alguns estudos sobre as economias capitalistas e as economias subdesenvolvidas, tendo, inclusive, prestado assessoria, em 1960, ao governo da Índia e ao governo de Cuba, que iniciava seu caminho socialista. O ano de 1968 foi de grandes agitações políticas na Polônia (assim como na Tchecoslováquia) e de grande desilusão para Kalecki. Em represália à campanha em prol da democracia, o governo e o partido dominante empreenderam vasto expurgo em seus quadros. A repressão atingiu intensamente as universidades, onde os professores visados foram acusados de “revisionistas” e/ou “sionistas”. Alguns professores mais próximos de Kalecki foram demitidos de seus postos e, posteriormente, emigraram da Polônia. Kalecki só não foi demitido porque isto teria repercussão internacional desfavorável, mas também foi atingido pela onda de acusações que assolou os meios intelectuais. Numa reunião de economistas havida em junho de 1968 na Escola Central de Planificação e Estatística, em Varsóvia, dois oportunistas de baixo nível apresentaram por escrito um trabalho em que acusavam Kalecki do seguinte: não ser marxista, orientar seus colegas e colaboradores para posições antimarxistas, e também de ter plagiado – ao formular sua equação básica de crescimento da economia socialista – os modelos de crescimento econômico de Harrod e Domar.

Assim como já fizera em 1936, ao demitir-se do Instituto de Pesquisa de Conjuntura Econômica e Preços, em solidariedade a seus colegas despedidos, e como já fizera em 1954, ao demitir-se do departamento econômico da ONU, por não aceitar pressões, também agora, em 1969, Kalecki se retira de todos seus postos oficiais; até mesmo passa a recusar-se a publicar artigos em revistas polonesas, o que reflete sua profunda mágoa.

Nesse mesmo ano de 1969, Kalecki é convidado a passar alguns meses em Cambridge (Inglaterra), onde recebeu de professores e estudantes expressiva manifestação de reconhecimento por sua marcante contribuição ao desenvolvimento da teoria econômica. Em sua conferência na Universidade em Cambridge a sala estava lotada, com gente até mesmo nos corredores escadas; e, sua palestra, Kalecki recebeu longa ovação.

Isso deve ter servido para reanimá-lo um pouco. Mas, a essa altura, já se encontrava doente, além de abatido pelos tristes acontecimentos na Polônia. Kalecki morreu em Varsóvia, no dia 17 de abril de 1970.

3.1.1 Os determinantes do investimento na visão de Kaleck

Os determinantes do investimento mereceram uma grande atenção em praticamente todos os trabalhos de Kalecki. Desde 1933, Kalecki vinha publicando formulações sobre o assunto, abandonando algumas variáveis e por vez incluindo outras. No 10º capítulo da obra *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas* encontra-se a sua versão definitiva. Neste estudo pretende-se abordar, principalmente, esta contribuição, por possuir as variáveis efetivamente importantes e que caracterizam o seu pensamento. Sendo assim, pretende-se agora destacar e compreender os fatores relevantes na determinação do investimento em capital fixo do setor privado em “Kalecki”.

3.1.2 O Investimento Determina a Poupança

Somando todo o investimento (I) com o consumo dos capitalistas (C_c) têm-se os gastos totais dos capitalistas. Considerando o C_c relativamente constante e que este no período "B" seja resultado do lucro (P) do período "A", resta então o investimento como variável fundamental e independente na equação simplificada dos determinantes do lucro de Kalecki. Por esta transcrição, observa-se que em termos de gastos dos capitalistas tem-se o financiamento como problema somente do investimento. Assim:

$$P = I + C_c \quad (1)$$

(equação de equilíbrio de Kalecki)

Considerando que a parte do lucro dos capitalistas que não é consumida é poupada (S), temos:

$$P = C_c + S, \quad (2)$$

Então

$$S + C_c = I + C_c \quad (3)$$

eliminando C_c da igualdade, tem-se:

$$S = I \quad (4)$$

que representa a equação de equilíbrio de Keynes.

Fonte: www.eps.ufsc.br/disserta96/.../capitul2.htm

Conforme Kalecki, a igualdade entre poupança e investimento é válida em todas as circunstâncias, desde que haja equilíbrio. Esta igualdade é consenso entre as escolas. Os neoclássicos vão além, afirmando que os recursos poupados financiam o investimento. Kalecki afirma o contrário: o investimento e o consumo dos capitalistas são os determinantes do lucro e, sendo assim, também da poupança. Pelo modelo de dedução dos lucros, Kalecki chega à conclusão de que o lucro no período "B" é resultado direto dos gastos dos capitalistas no período "A". Como poupança é lucro não gasto, temos que o investimento e o consumo dos capitalistas (os gastos dos capitalistas) também determinam a poupança.

Segundo Kalecki (1983 p. 39) descreve:

O investimento, uma vez realizado, automaticamente fornece poupança necessária para financiá-lo. De fato, em nosso modelo simplificado, os lucros em um dado período constituem o resultado direto do consumo dos capitalistas e do investimento naquele período. Se o investimento aumenta em certo valor, a poupança a partir dos lucros é, portanto, maior.

O investimento é uma variável ex-ante, justamente porque o lucro (ex-post) é determinado pelos gastos dos capitalistas. Sendo a poupança a parte do lucro não gasta e sendo esta variável dada ex-post, observa-se que a relação poupança e investimento, dada da forma clássica, é falsa. Primeiramente, porque a variável ex-post não pode explicar ou determinar outra que seja ex-ante. Em segundo lugar, existe a possibilidade de haver investimento sem que haja uma poupança prévia, pois este é autofinanciável. O investimento, ao ser realizado, cria necessariamente uma poupança de igual valor. Na visão clássica, o fenômeno empréstimo de dinheiro a juros não se observa com muita frequência. Hoje nos deparamos com uma realidade bastante diferente. Devido ao crédito, os capitalistas antes mesmo de lucrarem gastam em investimento. Na maioria das empresas se detecta que captar recursos do setor financeiro é fundamental para completar os recursos próprios e poder acompanhar a dinâmica da acumulação de capital. Como a poupança se adapta ex-post ao investimento, pode-se concluir que os capitalistas não precisam de poupança, mas sim de acesso ao crédito para garantir sua liquidez. Isto permite controlar um montante de recursos que vai além dos lucros obtidos individualmente no processo produtivo. Para que não haja restrições ao investimento resultante de falta de poupança, a economia possui instituições específicas para garantir a liquidez necessária, que funcionam intermediando as transações entre os capitalistas que abrem mão da liquidez e outros que necessitam dela. Isto evidentemente não resulta num potencial de investimento infinito. O limite, não mais dado pela poupança, é determinado pelo capital próprio da empresa (determina o

acesso ao crédito), ou pela lucratividade da empresa (quando recorrer a recursos no mercado de capitais).

Kalecki afirma que a explicação do tamanho de cada empresa ou da possibilidade de sua expansão se dá no capital próprio (lucros retidos mais investimentos diretos dos proprietários), pois este estabelece um teto máximo de endividamento, visto que uma empresa que se utiliza de capital de terceiros em demasia, levanta dúvidas sobre o seu estado de liquidez presente e ou futuro. O capital de terceiros envolve um risco crescente que faz com que as instituições financeiras tenham receio quanto ao retorno do capital a ser emprestado e, assim, poderão vir a não efetuar o empréstimo por falta de garantias concretas.

Em suma, o capitalista não precisa de poupança, mas ter acesso ao crédito, pois este permite que o investimento se autofinancie. Tendo acesso ao crédito, (para gastar e principalmente investir) o capitalista pode determinar a sua receita futura nos níveis em que pretende. Sendo assim, o potencial de investimento encontra o seu limite no lucro, pois a capacidade de endividamento depende, principalmente, do estado de liquidez da empresa.

3.1.3 Taxa de juros

A taxa de juros, tão importante para se explicar o investimento nas escolas clássicas e neoclássicas, tem pouco peso na exposição de Kalecki. Ele separa a taxa de juros em taxa de curto prazo e taxa de longo prazo.

3.1.4 Taxa de juros á curto prazo

A taxa de juros de curto prazo não pode resultar da demanda e oferta de capital porque o investimento se autofinancia: o investimento cria sua própria poupança. A taxa de juros deve, pois, resultar na interação de outros fatores. Segundo Kalecki, ela depende do volume de transações e da oferta monetária, executada pelo Banco Central. Em sua teoria, a velocidade da moeda não é constante como na teoria quantitativa. A velocidade aumenta com o volume de transações.

3.1.5 Taxa de juros á longo prazo

É taxa de juros que os capitalistas levarão em conta em suas decisões de investimento. Como ela é estável, sua influência nestas decisões não é decisiva.

A taxa de juros á longo prazo é determinada por uma espécie de projeção futura das taxas passadas de curto prazo. Seria uma espécie média móvel destas taxas. Além dessa média móvel, temos de levar em conta o risco porque a maturação de um investimento de longo prazo implica sempre maior risco. A taxa de longo prazo é, pois, composta da soma de duas parcelas: a média das taxas de curto prazo e a taxa de risco.

3.1.6 Patrimônio líquido

Um dos fatores condicionantes do investimento é o patrimônio líquido da empresa. O patrimônio líquido exprime, em termos monetários, a parcela do ativo (bens e direitos) que pertence a empresa. O patrimônio líquido maior possibilita duas coisas:

- mais fácil acesso ao mercado de capitais;
- maior segurança e, portanto, financiamentos mais fáceis, mais rápidos e mais seguros.

Kalecki utiliza o conceito de risco crescente para mostrar a relação entre financiamento e capital próprio. Quanto menor o capital próprio, menores os financiamentos: elevar muito os financiamentos com relação ao capital próprio aumenta o risco empresarial. O risco será crescente se, mantido o patrimônio líquido, aumentarmos os financiamentos.

3.1.7 Determinantes do consumo

O consumo dos trabalhadores permanece próximo ao nível de subsistência. Kalecki sugere sua ideia ao dizer que a poupança dos trabalhadores é pouco significativa dentro do sistema. No entanto, eles podem alcançar substanciais melhorias salariais e, assim, aumentar seu consumo se conseguirem organizar-se e formar sindicatos

fortes. O consumo dos trabalhadores fica na dependência da organização política e sindical.

3.1.8 Determinantes do saldo de exportação

Todo países importam e exportam. O volume de importação, por exemplo, depende de inúmeros fatores, entre os quais o coeficiente de abertura do país e o nível de atividade econômica.

3.1.9 Determinantes do déficit orçamentário

No caso do déficit orçamentário ou dos gastos governamentais, a coisa é diferente. Kalecki acha que os capitalistas têm um poder direto sobre este instrumento de determinação de renda. Seja como for os instrumentos à disposição dos capitalistas para aumentar a renda e eliminar o desemprego é o uso do Estado para ampliar a demanda efetiva, mas, por razões pouco explícitas, eles os usam com parcimônia, a não ser no caso de gastos com armamentos.

3.2 CRÍTICAS AO MODELO DE KALECKI

O modelo matemático de Michal Kalecki não aborda diversas variáveis importantes, que de certa forma são tratadas teoricamente. Isto viria a servir de base para diversas críticas, as quais sinteticamente sustentam que as contribuições do autor são um tanto pobres enquanto modelo.

Na contra argumentação, destacam-se os elementos excluídos como meio de simplificação e, segundo ele, não representam nenhuma ameaça em termos de distorções dos resultados finais. Outras críticas se sucederam. Entre as mais importantes, a seguir analisadas, são: a ausência de tendências, o duplo papel atribuído às inversões de capital, a ruptura confusa da poupança como elemento influenciador no processo decisório do investimento e a falta de distinção clara entre taxa de juros e taxa de lucro, entre outras.

4. A INTERSECÇÃO ENTRE KEYNES E KALECKI

Keynes mostrou ser um homem de ação, sua competência, defendendo a intervenção do estado em benefício da economia, pois inovou com uma visão agregada, ou seja, ensinou a analisar o global, a macroeconomia. Primeiramente, devemos ressaltar que foi de grande interferência a Depressão dos anos 30 para que as teorias a respeito desse tema fossem formuladas por Keynes e Kalecki. Esse princípio determinava que se devesse produzir a quantidade dada e não o que o sistema tivesse a capacidade de produzir, portanto, se não houvesse demanda não haveria produção e conseqüentemente a capacidade de produção se tornaria ociosa. Esse percurso pode ser definido através de três elementos que seriam: o poder de compra, da demanda e a produção, onde esses três fatores cresceriam e diminuiriam seguindo a uma mesma direção. Devemos colocar ainda que esses princípios se tornou ponto de partida para os estudos sobre a teoria do emprego.

Já Kalecki passou grande parte de sua vida tentando explicar o crescimento e os ciclos das economias capitalistas. No entanto não nos resta dúvida em compreender de que a problemática de Keynes e Kalecki é muito semelhante, assim como a resposta de ambos a esta problemática. Eles estavam preocupados com o desemprego, a capacidade ociosa e a queda do nível de renda nacional. A grande depressão de 1929-33 que alcançara Inglaterra, Estados Unidos e os principais países capitalistas atingira também a Polônia cuja produção em 1933 era 46% da produção de 1928.

Ao tentar explicar esta situação, kalecki defronta-se com o problema da demanda efetiva e dos ciclos econômicos. E os próprios títulos de seu trabalho revelam-nos que esse serão os temas que o observarão pelo resto da vida.

Há, contudo, duas grandes diferenças entre Keynes e Kalecki. Kalecki preocupa-se também com o longo prazo, como atestam seus estudos sobre o crescimento econômico. Keynes restringe-se ao curto prazo. Além disso, kalecki estuda as economias capitalistas levando em conta as classes sociais. Para ele, não existe uma função-consumo genérica. Existe consumo dos capitalistas e consumo dos trabalhadores. Existem lucros e salários e a articulação entre estas categorias é

fundamental para explicar a dinâmica do sistema.

Kalecki publicou inúmeros trabalhos e alguns livros. Toda sua obra versa sobre dois temas principais: economias capitalistas desenvolvidas, economias socialistas e economias subdesenvolvidas. E a maior parte de sua obra aborda problemas das economias capitalistas avançadas. Seu estilo é conciso, com freqüência, recorre a expressões matemáticas para tornar mais compacto o desenvolvimento de seu raciocínio.

Keynes e Kalecki estavam do outro lado da teoria de determinação da renda no que se refere ao pensamento clássico. Se para esses últimos a única barreira ao crescimento são os recursos disponíveis – já que os agentes são racionais e sempre irão maximizar seus lucros – os dois outros autores defenderão que as decisões de investimento não são automáticas e dependem de diversos fatores. Apesar de em um primeiro momento, as teorias Kaleckiana e Keynesiana parecerem idênticas, temos que ponderar suas diferentes formações acadêmicas. Convergiam, por exemplo, no efeito da taxa de juros sobre o investimento, mas discordavam, entre outras coisas, sobre o modo como as decisões eram tomadas. Sendo que tal modo não resta dúvida de que o mundo transformou-se mundo ocidental, depois da revolução Keynesiana que se reflete na “Economia” corrente que vigora nos Estados Unidos e na Escandinávia, na Inglaterra e na Holanda, e que está passando a prevalecer cada vez mais no Japão, França na Alemanha, na Itália e na maioria dos países do mundo ocidental e também no Brasil e nos demais países da América Latina. Da revolução Keynesiana até nossos dias, economia evoluiu no plano geral para o aperfeiçoamento do instrumental de análise e previsão dos mecanismos econômicos e, a nível regional, para o estudo do subdesenvolvimento.

Faz de necessário um parêntese sobre as ideias Keynesianas e sua aplicação na América Latina, onde teve na CEPAL um canal difusor. O modelo Keynesiano tem também apresentado duas deficiências, quando aplicado em nações de terceiro mundo. Resultado da análise da economia de países centrais, sua tese implícita supõe mercados de produtos e crédito com funcionamento capaz de reagir ao aumento da demanda de seus produtos. A inelasticidade da oferta e a expansão da demanda agregada por meio das empresas governamentais têm impulsionado os

preços e mantido uma inflação crônica. “Esta foi à experiência comum a vários países latino-americanos durante as décadas de 50 e 60”. Outro campo onde o “Keynesiano” se chova com a realidade é o que diz respeito ao emprego industrial. A criação de empregos adicionais no setor urbano moderno tem grande probabilidade de atrair muito mais imigrantes adicionais das áreas rurais, e ao mesmo tempo em que poderia reduzir o desemprego, na realidade, levar o desemprego urbano a aumentar. No modelo Keynesiano, o investimento em capital fixo resulta de uma análise comparativa entre a eficiência marginal do capital e a taxa de juros de curto prazo. Tal modelo atribui à taxa de juros um papel secundário, porém importante. Kalecki diverge radicalmente da concepção Keynesiana ao afirmar que esta influência poderia ser exercida pela taxa de juros de longo prazo, mantendo sua ênfase em fatores de longo prazo. No entanto, o comportamento relativamente estável (por resultar do comportamento médio das taxas de juros do curto prazo), inviabiliza esta concepção. Tendo em vista que uma variável estável certamente não poderia explicar outra essencialmente dinâmica, Kalecki constrói, desta forma, o seu arcabouço teórico que desconsidera a taxa de juros na determinação do investimento em capital fixo. Kalecki, diferentemente de Keynes, atribui a determinação do investimento mais a fatores de longo prazo, e com especial destaque ao progresso tecnológico. (A opção brasileira de importação de tecnologias em detrimento de um esforço em Pesquisa e Desenvolvimento) interno apresentou bons resultados no processo de substituição de importações que se iniciara nos anos 30. No entanto, para o período ao qual o estudo se refere este processo distanciou as indústrias brasileiras dos níveis de competitividade das empresas internacionais. O fluxo de importação de máquinas e equipamentos diminuiu sensivelmente (justamente num período em que a dinâmica tecnológica se intensifica), basicamente devido à escassez de divisas internacionais e à desaceleração da atividade econômica. Esta redução não veio acompanhada de um esforço maior interno em P&D, caracterizando um baixo estímulo na busca de vantagens competitivas via inovação tecnológica, devido à oligopolização da estrutura produtiva e um excessivo protecionismo econômico, presente em todo período. Kalecki, ao introduzir o fator tecnológico em seu modelo, pretende explicar o investimento que ocorre nos períodos em que a taxa de retorno é desfavorável

(deficiência de demanda efetiva). Trata-se, na verdade, de uma estratégia empresarial ofensiva que visa atingir uma condição privilegiada no momento da reversão do ciclo econômico. Dada a importância do progresso tecnológico na definição do padrão de concorrência, é fundamental que o modelo atribua certo destaque a esta variável, o que não ocorre em Keynes, embora esteja implícito no princípio da demanda efetiva. Neste aspecto, o modelo de Kalecki apresenta-se como um modelo mais completo. A importância desta variável é perceptível ao apresentar a maior correlação de todas. Sendo assim, a explicação do pouco expressivo crescimento dos níveis de investimento em capital fixo se sustenta numa deficiência de demanda efetiva, que resultou do aumento da instabilidade (ampliou a poupança por motivos de precaução, diminuindo a demanda), de uma redução da massa e dos salários reais e dos gastos públicos. Estes fatores, que conduziram a uma redução da demanda efetiva, inviabilizaram os projetos de investimentos a serem realizados, gerando assim um efeito multiplicador negativo, em que os investimentos que deixam de ser feitos acabam por inviabilizar investimentos já realizados e assim sucessivamente. Em termos gerais, a teoria do investimento em Kalecki é vista como uma formulação viável para explicar a dinâmica capitalista no momento histórico proposto pelo autor, mesmo porque todas as suas contribuições foram comprovadas empiricamente no seu referido momento histórico. As controvérsias geradas pelo debate teórico resultam do pressuposto de que a teoria Kaleckiana do investimento é uma formulação que objetiva explicar a realidade de todo e qualquer momento histórico, haja vista, que as persistentes críticas sustentam que o modelo não possui um poder relevante de explicação das atuais oscilações na atividade econômica. Estas críticas demonstram claramente a incompreensão do real objetivo e resulta na polemização de sua efetiva contribuição, que inegavelmente representou e continua representando um marco na teoria macroeconômica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo mostrar o paralelo em relação aos dois economistas, John Maynard Keynes e Michel Kalecki, considerados os maiores economistas da época, tendo assim uma grande influência na compreensão da crise de 1929. Em relação a seus trabalhos inegavelmente podemos dizer com bastante clareza, que foram determinantes, pois, puderam contribuir em termos de conhecimento para todos aqueles interessados em conhecer um pouco mais de nossa economia podendo vê-la assim como um todo, ou seja, a macroeconomia.

Foram apresentados, diversas variáveis e alguns determinantes chegando-se a conclusão de que não nos resta dúvida em relação às controvérsias geradas pelo debate teórico resultando no pressuposto de que a teoria Kaleckiana do investimento é uma formulação que objetiva explicar a realidade de todo e qualquer momento histórico, haja vista, que as persistentes críticas sustentam que o modelo não possui um poder relevante de explicação das atuais oscilações na atividade econômica. Estas críticas demonstram claramente a incompreensão do real objetivo e resulta na polemização de sua efetiva contribuição, que inegavelmente representou e continua representando um marco na teoria macroeconômica.

Este trabalho foi muito gratificante, pois por meio deste, acredita-se que poderá surgir outros ainda melhores e mais aprofundados pensadores econômicos.

REFERÊNCIAS

A Escola Keynesiana. <http://papaumbu.vilabol.uol.com.br/keynes/keynes.htm>. Acessado em: 19 abr. 2010

A Ortodoxia versus Estado – as restrições políticas ao desenvolvimento brasileiro. <http://www.desenvolvimentistas.com.br/.../nossa-base-teorica/> acessado em: 30 mar. 2010.

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. História do Pensamento Econômico. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1988.

Investimento em Keynes e Kalecki. www.eps.ufsc.br/disserta96/grasel/.../capitul2.htm. Acesso em 12 ago. 2010.

KALECKI, Michael. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. 2ª ed., São Paulo, Hucitec, 1987.

KALECKI, Michael. Teoria da dinâmica econômica. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

KALECKI. As economias em desenvolvimento. 1ª ed., São Paulo, Biblioteca Vértice, 1988.

KALECKI. São Paulo, Ática, 1980, (Coleção Grandes Cientistas Sociais nº 16).

KALECKI. Teoria da dinâmica econômica. São Paulo, Abril Cultural, 1983, (Coleção os Economistas).

KEYNES, J. M.A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. 1ª ed., São Paulo, Atlas, 1982.

KEYNES, John Maynard. A Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1982.

MIGLIOLI, Jorge, SOUZA AMARAL FILHO, José Bonifácio de, LINHARES, Dilma Vana, WINDHOLZ, Sérgio. Economia 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

SZMRECSÁNYI, Tamás, LEITE, Miriam Moreira. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1984.

Teoria keynesiana. www.economiabr.net › pesquisas › teorias. Acesso em: 19 abr. 2010.